

O problema ortográfico

Ricardo Carvalho Calero

(Publicado na revista Agália nº 2, Verão de 1985)

Algumas pessoas tendem a incidir no tópico de que a ortografia é uma representação convencional dos sons, e, portanto, é indiferente que adoptemos uma ou outra, com tal de que exista uma tradição escolar que nos permita interpretá-la, que nos permita descodificar a mensagem escrita. Se existe essa tradição, seria antieconómico inovar na matéria, pois a forma estabelecida, pelo mesmo facto de funcionar, demonstra a sua eficácia, e apresenta-se como extravagante e inútil introduzir novidades, que exigem uma reeducação dos utilizadores. E isto ainda que o sistema vigente seja insatisfatório do ponto de vista científico, ou contenha incongruências, ou represente um fonetismo arcaico. Se está em vigor, é que se verifica como útil na prática, e nenhum dos defeitos que se registem na sua estrutura, assobardam os limites do teórico, e estão mais que compensados pela sua eficácia empírica. Qualquer propósito de mudança, como nome sejam aqueles que se vão impondo no uso real de jeito espontâneo para simplificar a grafia quando se simplifica de facto a pronúncia, deve ser rejeitado como contrário à lei do menor esforço que há de reger a conduta técnica da sociedade, dentro da qual cai a técnica da escrita. Uma ortografia tão irregular como a inglesa, que responde a uma etapa de foneticismo da língua superada há muitos séculos, mantém-se frente aos esforços de racionalização e regularização que se intentaram, porque o custo da revolução que suporia introduzir um novo sistema mais acorde com a situação actual da língua, se estima muito maior que o que supõem as dificuldades de aprendizagem que têm que vencer os escolares actualmente. Reeducar os já formados nessa antiquada ortografia, refazer consoante as novas normas todo o conjunto da tradição literária, entra numa transformação tão extensa e profunda que só se poderia realizar com um custo exorbitante de meios económicos e energias humanas, e tropeçaria com resistências que num sistema democrático seriam

impossíveis de vencer. Assi, a fundaçom estabelecida por Bernard Shaw para conseguir a racionalizaçom da ortografia inglesa, tem-se manifestado inoperante.

Entom, qual é a postura que perante o problema da ortografia galega adoptam os que formulam essas consideraçons? Umha postura fundada, aparentemente, em puras razons económicas. Hai que aforrar gastos, e seguir como até agora. Mas como é esse agora? Porque é evidente que o feito de debatermos estes problemas é em si mesmo umha demonstraçom de que o agora nom é monocolor ou monolítico.

Os imobilistas, de um jeito ou outro, com matizes mais ou menos acusados, o que pretendem —muitas vezes sem ter plena consciência disso— é que utilizemos a ortografia castelhana. Durante muitos séculos, o galego foi umha língua puramente oral, na qual nom só nom se escreviam, como dizia Castelao, os recibos da contribuiçom, senom nengumha classe de documentos nem textos literários. Entom, cando por algunha razom excepcional primeiro — como reproduzir palavras ou expressons de gentes campesinas para burlar-se da rusticidade da sua fala—, ou com umha finalidade pintoresquista depois, e logo científica ou artística —já em pleno Ressurgimento—, houve que fixar no papel algum texto galego, esta língua ágrafa, esta língua aliterária foi transcrita, como é natural, empregando o sistema que se empregava na língua escrita, na língua literária do país, que em Galiza era a língua castelhana.

Isto era natural, nom no sentido de que fosse natural que o galego vestisse a libré ortográfica do castelhano, mas no sentido de que nom era possível que sucedesse outra cousa. O galego era tido como um dialecto oral, e nom havia outra ortografia que a da língua oficial. Nom existia umha ortografia galega porque nom existia umha escrita galega. O galego fora umha língua literária noutrora, e mesmo fora a língua literária para toda a Espanha cristá centro-ocidental durante mais de um e mais de dous séculos para um determinado género poético. Mas tal situaçom estava esquecida, e o galego que agora havia que escrever nom era o galego dos trovadores, mas o galego dos lavradores, um galego decaído, que perdera todo o seu léxico nobre, ou seja, o que nom se referia ao trabalho agrícola e marinheiro e ao trabalho artesao mais rotineiro e fossilizado. Porque a língua de todos os poderes —o político, o eclesiástico, o económico— era o castelhano, e com o tempo, cando a revoluçom técnica introduziu inovaçons no próprio trabalho agrícola, estas inovaçons chegarom co seu nome castelhano, porque foram introduzidas desde Castela. Assi, o galego nom só era um dialecto rústico, senom um dialecto em vias de extinçom, porque o seu destino era correr a sorte que já correram as suas manifestaçons nom campesinas, o léxico correspondente às ideias que diziam respeito à vida

espiritual, à vida administrativa, à vida cidadá. Com esta realidade, o galego nom podia gerar umha ortografia autêntica. Avondava, para amortalhá-lo, o sudário da ortografia oficial.

Mas como o galego nom morreu, nom acabou de morrer, o problema da ortografia do galego adquiriu novos contextos. Com o Ressurgimento, ou Rexurdimento, abriu-se passo a ideia de que o galego nom era um dialecto do castelhano. O galego era um idioma que noutros tempos se manifestava numha literatura importante, que se escrevia de cotio, e que possuía umha grafia ajeitada à sua fonologia. Umha grafia que nom diferia grandemente da usada polos mais romanços hispánicos, especialmente o castelhano. Mas o castelhano reformara a sua ortografia no século XVIII, renunciando em parte à tradiçom e introduzindo critérios etimológicos que se sobrepuxérom aos fundados na história do foneticismo. Entretanto, o galego das províncias espanholas deixara de escrever-se; mas o galego das províncias transminhotas, quer dizer, o galego português, mantivera a sua ortografia tradicional, que evolui sob a influência dos novos tempos. E cando o galego espanhol renaceu como língua literária, continuou dependendo na sua grafia do idioma oficial, seguindo a este na sua evoluçom ortográfica; e mesmo a umha altura em que as gentes instruídas sabiam que o galego nom era umha variante dialectal do castelhano, o feito de que este fosse a única língua oficial, a única língua que se ensinava na escola, manteve aquel numha situaçom de dependência a respeito do espanhol que o forçou a empregar a única ortografia disponível, porque entom nom era possível o aprendizado de umha ortografia distinta.

Assi, houve umha ortografia para o galego espanhol —a espanhola— e umha ortografia para o galego português —a portuguesa—. Aquela supunha umha ruptura com a ortografia histórica; esta, umha continuidade. Deste jeito, o galego espanhol cindiu-se graficamente do galego português, o que sublinha a desorbitaçom do primeiro para um centro de gravitaçom que nom era o originário.

A adopçom da revolucionária ortografia castelhana exigiu alguns ajustes motivados polas diferenças fonológicas que caracterizam o galego frente ao castelhano. Mas tais ajustes fôrom mínimos. Nom se tivo em conta que o galego possuía sete vogais, e nom cinco, e a distinçom de timbre entre os dous fonemas médios da série palatal e a paralela entre os dous da série velar nom achou reflexo gráfico. Polo que se refere ao sistema consonántico, o castelhano nom dispunha de grafema algum para representar o fonema galego /š/ de muito rendimento na língua e no discurso, porque tal fonema desaparecera do castelhano moderno, e empregou-se para representá-lo a

letra o que tanto no galego histórico como no castelhano histórico representara aquel fonema, e continuava a representá-lo no português. Como em castelhano esse mesmo grafema simbolizava a pronúncia k + s própria do x latino, mantida em cultismos, alguns autores galegos procurárom marcar a palatalidade com algum signo adicional. Assi, em diálogos compostelanos de 1836, a vogal que segue ao x leva um acento circunflexo: xâ; e outros escritores recorrêrom ao trema sobre o x para essa funçom: a. Mas prevaleceu, como no caso das vogais de grau médio, o critério de abandonar à viva voz a distinçom, que alguns quixêrom facilitar eliminando o uso do x para o som culto ks, que uns poucos representavam cs e outros reduziam a s ou is ou us, vocalizando com maior ou menor apoio na escrita antiga ou na pronúncia vulgar o k implosivo: ósido, óisido, óusido, para óxido, por exemplo. Tamém houvo que resolver o problema do fonema ou alófono /ŋ/, nasal velar intervocálico, de mui pouca freqüência no léxico, mas de grande rendimento no discurso, porque aparece em umha, algumha, nengumha, vocábulos mui usados. Marcou-se a linde silábica, ou a velaridade da nasal, com um traço, ou com um h, ou com umha combinaçom de ambos os jeitos: un-a, unha, un-ha, e o nh foi o que prevaleceu.

À parte disto, a ortografia castelhana foi cegamente seguida, porque devem considerar-se vulgarismos, e nom diferencialismos, os apóstrofos ou traços que quieriam registrar elisons e contracçoms que o mesmo se dam no castelhano oral, mas que a escrita de hoje nom reflecte.

A normativa ortográfica que podemos designar com o nome de Filgueira, pois foi o «Conselleiro» da Junta de Galiza deste apelido o que a decretou, assume esta linha ortográfica essencialmente, consumando a dependência do castelhano e aspirando a perpetuá-la.

Mas tal submissom equivale a umha alheaçom da autonomia do galego e a um isolamento com relaçom às demais normas do iberorrománico ocidental, que resta ao galego possibilidades de comunicaçom e osmose que necessita para resistir a pressom do castelhano.

Cando nom existia oficialmente Galiza, cando nom existia oficialmente o galego, cando nom existia oficialmente o ensino do galego, com umha conciência da substantividade da língua deteriorada por longos séculos de alienaçom, o uso da escrita castelhana, na que todos éramos alfabetizados, podia ser o único expediente realista para fomentar a escritura do galego. Onde ensinar outra ortografia? Com que mestres se contava para isso? Aumentar as dificuldades do uso do galego naquelas circunstâncias tam adversas, nom seria mui contraproducente? Mas desde que o galego é idioma (co)oficial e hai

ensino oficial do galego, imos perpetuar indefinidamente a ruptura com a ortografia histórica, que, adaptada às circunstâncias do presente, se emprega no mundo lingüístico que tem o galego como torgo?

A reintegraçom da nossa ortografia na nossa área natural nom é umha arela moderna, agromada nos cerebros desequilibrados de um fato de tolos e de umha caterva de ignorantes dominados polo erotismo da utopia. Ainda nas adversas condiçons a que antes me referia, houve intentos mui qualificados, teóricos ou práticos, de reivindicaçom da ortografia histórica ou —o que conflui com o anterior— de coordenar a nossa ortografia com a das demais formas do sistema. Dom António de la Iglésia, dom Andrés Martínez Salazar, dom Joám Vicente Viqueira, dom Vicente Risco, dom Armando Cotarelo, dom Álvaro de las Casas, dom Evaristo Correa, dom Afonso Rodríguez Castelao, dom Fermim Bouça, dom Ernesto Guerra e outros distinguidos professores, escritores ou políticos propugnárom de algumha maneira, ou de algumha maneira ensaiárom, umha recuperaçom ortográfica que restituísse, sem mingua das peculiaridades do galego, a cooperaçom entre as diversas formas do galego-português, corrigindo a desviaçom que ao desorbitar a deriva do idioma, o constitui em satélite de um centro de gravitaçom distinto do seu âmbito natural. Os esforços actuais por rectificar esse erro contra-histórico som sobejamente conhecidos para que eu faga agora referênciã concreta aos passos dados.

Os reintegracionistas propugnam, pois, a assunçom gradual da nossa ortografia histórica, entendendo-se como tal, com certeza, nom só a que se usava cando o castelhana deslocou o galego como língua escrita nas províncias espanholas, senom tamém a que continuou desenvolvendo-se além Minho, onde o romance atlântico manteve as suas posiçons como língua normal e realizou umha expansom ultrapeninsular paralela à do espanhol central.

Vejamos as principais objecçons que se podem apresentar e as dificuldades que cabe assinalar perante a adopçom desse tipo de ortografia histórica.

Uso de g e j. Como no resto da área, o galego utilizaria g ante e e i e j ante calquer vogal cando se trate de reproduzir o fonema fricativo palatal xordo que resulta do enxordimento do sonoro correspondente, conservado em português. Como hoje nom existe esse fonema sonoro, os ingénuos foneticistas pretendem que um só som deve representar-se com um só grafema x. Mas o castelhana pronúncia do mesmo modo o g de gema que o j de jeme, e no entanto mantém as duas grafias por motivos históricos. Além disto, tamém no resto da área galego-portuguesa se dá essa identidade de pronúncia, e a distinçom gráfica se mantém.

Uso de -m final de dicção. A harmonização internormativa aconselha-a. A grafia galega histórica conhece-a. Em Prosa 3 pode consultar-se a tradução da *Legenda Aurea* (pp. 165-170), a da *General Estória* (pp. 177-188), a da *Crônica General e Crônica de Castela* (pp. 189-193); a do *Foro Real* (pp. 214-215), a das *Flores de Direito* (pp. 216-219). Em todos estes textos, tardomedievais, portanto galegos indubitados, nom portugueses, achamos o —m final.

Ç cedilhado perante vogal nom palatal, primitivamente signo do fonema /ʃ/ dental africado xordo. É geral nos textos galegos, como nos castelhanos anteriores à reforma. O mesmo o -ss- duplo para o sibilante dentoalveolar intervocálico. Que hoje nom exista em galego distinção fonológica entre /s/ e /z/, é argumento análogo ao considerado com relação ao uso de g e, g i, j.

Representação dos fonemas palatais. Do mesmo jeito que se admite ch, mesmo em castelhano, justifica-se lh e nh. Di-se que estas grafias provençais se generalizárom em Portugal cando este reino estava já separado do de Galiza. Todos os textos galegos que possuímos som posteriores a essa separação. Se se quer indicar que nom aparecem em textos redactados no que hoje som as províncias espanholas galegas, remitimos à citada *Legenda Aurea*, ao fragmento das *Partidas* publicado polo Doutor Pensado (*Prosa 3*, pp. 212-213), à *Regla da Confradia de Santa Tegra* (pp. 249-256), para nom mencionar textos que nom figurem naquela Antologia. Mais ainda que essas grafias de orixe provençal se contivessem só em textos especificamente portugueses, como o que hoje chamamos português é um ramo da árvore genealógica comum, consideramos que estamos dentro da tradição galego-portuguesa. Este é o caso do traço de uniom do verbo com o pronome enclítico.

Canto à distribuição de b e v e c e z —como a de g, j e x—, por razão de coerência procederá ater-se à escrita histórica, ainda que fenómenos de neutralização da fricção e da sonoridade tenham conduzido a situações de desfonologização que ficam considerados ao ocuparmo-nos do uso das sibilantes palatais.

Enfim, o regime de acentuação gráfica é lógico que se coordene com o da área iberorromânica ocidental, a que pertence o galego, protótipo do sistema, mais bem que com a da área central, cujo arquétipo é o castelhano.

Trata-se, pois, de corrigir o isolamento ou a desnaturação da escrita galega, procurando umha coordenação dentro do sistema próprio, como se propugna também noutros campos lingüísticos. Nom hai por que renunciar às peculiaridades, mas sem renunciar tampouco aos bens patrimoniais.

Como corresponde à minha formação individual e à minha vocação, as ideias expostas constituem uma enunciação de princípios. A tática conveniente para levá-los à prática devem formulá-la aqueles que se achem em plena actividade profissional, o que não é o meu caso, porque só eles, no trabalho de cada dia, podem apreciar com a devida precisão, a medida das resistências que haveria que vencer, e o gasto de energia que em cada momento resulta económico realizar.

Em primeiro termo, é opinável em que proporção vale a pena combinar o patrimonial com o peculiar; em que dose particularidades dialectais devem ou podem preservar-se ou renunciar-se dentro do indumento gráfico comum.

Em segundo lugar, há que articular um método de trabalho para acometer o processo da reintegração. Este pode ser mais ou menos rápido, mais ou menos lento. Há que programar as etapas do progresso, e estabelecer ritmos que se avaliarão segundo os resultados, efectuando os ajustes que a experiência aconselhe.

Estes ritmos poderão variar não só pelo que diz respeito ao tempo, senão também pelo que se refere ao espaço. Segundo os campos em que se actue, as modificações que se introduzam na ortografia para achegá-la ao ideal projectado podem ser maiores ou menores. O ensino, a obra literária, o artigo, jornalístico, a oratória académica, a propaganda política podem requerer, segundo o público a que a mensagem se dirija, máximos, meios ou mínimos de projecção do ideal apontado. Se a meta está claramente estabelecida, qualquer avanço cara a ela, qualquer que seja o veículo que nos aproxime, deve considerar-se positivo. Hoje há material didáctico, pessoal disposto e instituições ajeitadas para coordenar os esforços. Se os fins são comuns, a cooperação deve realizar-se com generosidade e lealdade, respeitando no que haja que respeitar os caminhos preferidos e os calendários traçados por cada quem. No fundo, trata-se de uma tarefa pedagógica. Por isso é fundamental a intervenção dos pedagogos no processo.

O que não creio que caiba é um adiamento do labor em aras de uma normalização social do idioma que, como problema mais urgente, deve ter prioridade sobre a normatização. Referindo-me só ao aspecto ortográfico, que é o que hoje nos ocupa, cumpre advertir que uma suspensão dos esforços que se vêm realizando em prol da grafia histórica, suporia um aprofundamento da grafia castelhana, porque esta não estaria disposta a suspender reciprocamente a sua pressão oficial. De jeito que a cessação de actividade por parte dos que propugnam a ortografia ocidentalista mentres se

trabalha na normalização sociológica do idioma, consolidaria as posições da ortografia centralista, favorecida pela pressão e repressão do aparato oficial. Não sabemos se a normalização se logrará ou não, ainda que, naturalmente, os que lutam por implantá-la tenham que actuar movidos pelo convencimento de que é possível. Mas, dadas as dificuldades históricas que tínhamos de superar, somente os muito ingénuos podem esperar que o processo seja breve. Logros progressivos poderão apreçar-se, se os esforços se encaminham ajeitadamente e a política não influi negativamente no curso dos acontecimentos, mas uma solução feliz do problema, sempre hipotética, não poderia produzir-se senão a muito longo prazo. Entretanto, operariam inevitavelmente as forças isolacionistas, porque não cabe que se suspendesse toda a actividade oficial. Pelo contrário, esta, naturalmente, teria de incrementar-se, e extenderia mais e mais a sua influência sobre a actividade privada, onde não acharia competidor. Assim, o galego hipoteticamente normalizado seria o galego da normativa Filgueira, que teria avançado sem obstáculos enquanto a normativa historicista paralisava a sua campanha. Ainda que, sendo tão contrária ao sentimento da galegidade a resignada aceitação de uma ortografia de hegemonia castelhana, podemos conjecturar razoavelmente que mesmo no caso suposto caberia esperar um futuro em que se reagisse contra aquela alienação, —é palmário que nessa nova etapa da luta haveria que começar praticamente de novo, porque as posições que hoje se ocupam teriam sido desmanteladas, e a paralisação das operações, além de arruinar as fortificações e abolir e oxidar o armamento —falo, naturalmente, das armas dialécticas—, teria afectado o ânimo dos que agora veriam mais solidamente estabelecidas, por causa da sua ingénuo passividade, as ideias sobre a plasmação gráfica do idioma que contradiz a tradição histórica e a unidade sistemática da área lingüística hispano-ocidental. De jeito que suspender a luta pela normatização seria praticamente renunciar ao ideal sustentado.

É já hora de formular as conclusões que nos parecem pertinentes.

Primeira. O galego é galego-português, não galego-castelhano. Pertence à área iberorromânica ocidental, não à área iberorromânica central. Logo, é lógico que a sua ortografia, consoante a geografia e a história, responda às características do sistema ocidental, e não às do sistema central.

Segunda. Tendo o galego personalidade própria dentro deste sistema, não se lhe pode negar o direito a reflectir na escrita os traços peculiares que não o som da norma comum ou mais prestigiosa da área.

Terceira. A rectificação da castelhanização da nossa ortografia terá de realizar-se gradualmente e acomodando-se às circunstâncias espaciais em que se apresente o problema. Não se pretende impor por decreto ou lei a ortografia restaurada, senão que procederá realizar a reforma mediante um plano pedagógico que vá reduzindo progressivamente as incongruências da prática castelhanizante. O ritmo de adaptação na reintegração ortográfica variará segundo o campo em que se actue, segundo a cultura do discente ou do público a quem se dirige a mensagem. De jeito que tem que haver um período de transição no qual em determinados sectores se vá mais adiantado que noutros, para assegurar a consolidação do processo; com tal que todos os esforços se dirijam à mesma meta. Cabe que uma editorial consagrada a fomentar a reintegração do galego na sua área natural, publique textos literários com grafia plenamente restaurada; que uma actividade jornalística sostida na imprensa, empregue uma ortografia de compromisso que vá familiarizando o leitor com os usos históricos sem dificultar uma leitura cursiva; e que no ensino de alunos já alfabetizados com a ortografia castelhana, se introduzam lentamente durante um período transitório as práticas essenciais de recuperação. Os máximos, os médios e os mínimos usos reintegracionistas deveriam, pois, conviver, para maior eficácia da obra, segundo as situações contempladas, durante o tempo que fosse preciso.

Enfim, e esta seria a quarta e última conclusão, penso que em nenhum caso a ortografia reintegrada —mesmo se a doutrina que a sustenta adquirisse a aquiescência do poder político— deveria ser imposta por uma pressão oficial que levasse consigo a inspecção policial, a sanção administrativa ou judicial ou a repressão social do disidente. A competência lingüística teria de afirmar-se na livre contrastação de doutrinas e práticas, devendo as autoridades governativas abster-se de assumir uma faculdade de decisão que corresponde à sociedade, e cuja usurpação pelo aparato político constitui um caso claro de abuso de poder.